

## AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL UNIVERSITÁRIO: OS 20% A DISTÂNCIA NO ENSINO PRESENCIAL<sup>1</sup>

Diogo Silva Chagas<sup>2</sup>; Martha Maria Prata Linhares<sup>3</sup>

**Grupo 5.2.** *Educação a distância e sociedade: Flexibilidade e redimensionamento espaçotemporal*

### RESUMO:

*A evolução tecnológica tem aberto um novo espaço de aprendizagem facilitando a promoção de uma nova gestão de tempo e espaço no Ensino Superior. Inserido em um contexto de mudança e inovação curricular, o artigo trata de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo investigar como vem sendo realizada o uso dos 20% da carga horária na modalidade a distância das disciplinas presenciais em uma instituição de ensino superior, assim como investigar o que tem sido realizado de inovador nos currículos e projetos pedagógicos dos cursos com o uso das TIC. A abordagem da pesquisa tem caráter quali-quantitativo com pesquisa bibliográfica, documental e de campo.*

**Palavras-chave:** *tecnologias de informação e comunicação. Professor universitário. EAD. Ensino superior.*

### ABSTRACT:

**THE INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN HIGHER EDUCATION CONTEXT: THE 20% NOT FACE TO FACE IN FACE TO FACE COURSES**

*The technological evolution has opened a new learning space that can facilitate and promote a new management of time and space in Higher Education. Inserted in a context of changing and curriculum innovation, this article is an ongoing research that aims to investigate how it has been held the possibility of using 20% of the number of hours of a discipline in a face to face curriculum in a no face to face education in a higher education institution, and also investigates what has been realized in a innovated way in the curriculums and the pedagogical projects of the courses using the Information and Communicational Technologies (ICT). The research approach has qualitative and quantitative nature with bibliographic, documental and field research.*

**Keywords:** *Information and communicational technologies. University teachers. Distance learning. Higher education.*

## 1. Introdução

O trabalho que se segue é parte integrante do projeto: “Inovações Curriculares e o Uso da Web 2.0: flexibilidade nas práticas e na formação de professores universitários” e

<sup>1</sup> Agências de Financiamento: FAPEMIG; FUNEPU.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Letras na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – diogoschagas@live.com

<sup>3</sup> Professora na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – martha@cead.uftm.edu.br

refere-se ao estudo de como vem sendo realizada a carga horária na modalidade a distância das disciplinas presenciais que usam os 20% de ensino a distância.

Tendo como referência as legislações que regularizam e normalizam a EAD no Brasil, bem como o uso dos 20% a distância no ensino presencial, a ideia central da pesquisa em andamento é analisar o contexto educacional de uma universidade pública da região sudeste do Brasil, considerando desde como a EAD é vista pela instituição e sua instalação, até as inovações curriculares e projetos pedagógicos dos cursos.

## 2. A EAD no Brasil: percurso histórico e possibilidades

Quando se fala em EAD, a ideia de que ela é inovadora surge paralelamente. Entretanto, trata-se de uma modalidade que tem se difundido desde que se inventou a escrita.

Chamamos a atenção para que o que se entende por inovação na educação, pois ela deve envolver novos conceitos, organização curricular, práticas educativas, planejamento de gestão, as novas tecnologias e as novas formas de entender o conhecimento. Inovação se relaciona à mudança, resultado do desejo e da ação de inovar em busca de novas respostas dentro do contexto educacional (PRATA-LINHARES, 2012). Deste modo, as tecnologias por si só não são inovadoras.

Alves (2009, p. 9) conta-nos que o Brasil foi um dos principais países do mundo no desenvolvimento da EAD até a década de 70, pois desde pouco antes do século XX as ofertas de cursos profissionalizantes por correspondência já circulavam em anúncios. Após isso, grandes programas foram criados com intuito de democratização de uma educação de qualidade que atendia cidadãos em regiões de difícil acesso. Dentre esses programas, utilizavam-se o rádio, o cinema e a televisão como recursos para o sistema.

Depois de uma estagnação no desenvolvimento da EAD no Brasil devido à falta de políticas públicas para o setor enquanto outros países avançaram nesse sentido, nos anos 90 o Brasil voltou a se engajar no setor e atualmente o cenário é bastante diferente (ALVES, 2009, p. 9).

Com a ajuda dos computadores e o advento da internet, surgiu a possibilidade da criação das redes sociais. Elas contribuem para que ocorram interações síncronas e assíncronas, de forma a construir o conhecimento de maneira colaborativa, descentralizando o professor, acabando com estereótipos de professor-conhecedor e aluno-receptor (MATTAR, 2011, p. 8).

As TICs também podem proporcionar uma condição de interação de forma não linear, se opondo ao modelo tradicional, possibilitando maior flexibilidade ao estudante, que tem possibilidade de adequar sua aprendizagem quanto ao seu ritmo, velocidade e percursos (KENSKY, 2003, p. 5).

## 3. Conceitos e Legislação

A EAD, como Pimentel (2006, p. 11) propõe, “é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, no qual professores e estudantes estão

separados espacial e/ou temporalmente”, sendo possível também distinguir “ensino” e “educação” a distância, sendo que o primeiro volta-se para o professor e o segundo mais para os conceitos da questão.

Na EAD, a distância temporal pode ser quase nula, com a possibilidade de atividades sincrônicas, ou seja, atividades que podem ser marcadas em um horário específico com interação simultânea. Como exemplo citamos o bate-papo ou *chat*, que permite que duas ou mais pessoas interajam através de recursos da internet. Com relação à distância física, Valente (2009, p. 38) coloca-nos em questão o “estar junto virtual”, na qual esta distância pode ser amenizada com as interações virtuais entre aluno e professor, fazendo com que a distância física seja quase imperceptível.

No Brasil, em 1996, a EAD foi normalizada pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no Art. 80, da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), que teve regulamentação em fevereiro de 1998, pelo Decreto nº 5.622 (BRASIL, 2005).

Embora ainda existam mistificações a respeito da ineficiência da EAD, a educação caminha no sentido de se desfazer a diferença entre “presencial” e “a distância”, devido as mudanças dos paradigmas da educação, que promovem uma educação que se vale de presença física e virtual, assim como pontua Lobo Neto (2011, p. 402). Portanto, não considerando diferenças extremas entre o presencial e o a distância, surge a implantação dos 20% a distância que é regulamentada pela Portaria nº 4.059 do MEC (FARIAS, 2011, p. 447), que é o semipresencial.

Essa semipresencialidade se caracteriza pela realização de atividades e situações educativas a distância com uso de tecnologias específicas. O eixo central que norteia essa modalidade é a de que sejam realizadas atividades tanto presencialmente quanto a distância, não ultrapassando 20% da carga horária, valendo ressaltar que o eixo continua sendo a sala de aula, porém, o eixo complementar se dá pela inovação através das tecnologias (MORAN, 2007, p. 18).

#### 4. Metodologia da pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se por uma abordagem de caráter quali-quantitativo com pesquisa documental, de campo e bibliográfica. Cerca de 300 (trezentos) docentes universitários foram convidados a responder um questionário para a retirada dos dados. Dentre esses docentes, 238 (duzentos e trinta e oito) responderam ao questionário.

Também foi feita uma análise dos projetos pedagógicos e planos de ensino dos cursos da instituição para ver se há previsão de uso de TIC e, em caso afirmativo, de quais formas.

#### 5. Resultados Parciais

Foram analisados 238 questionários aplicados aos docentes universitários participantes da pesquisa. Dos dados analisados, o que foi apontado é que apenas uma pequena parcela dos docentes utilizam as redes sociais que estão disponíveis na internet

no contexto pedagógico em si, sendo que a maioria utiliza apenas para fins pessoais (Gráfico 1).

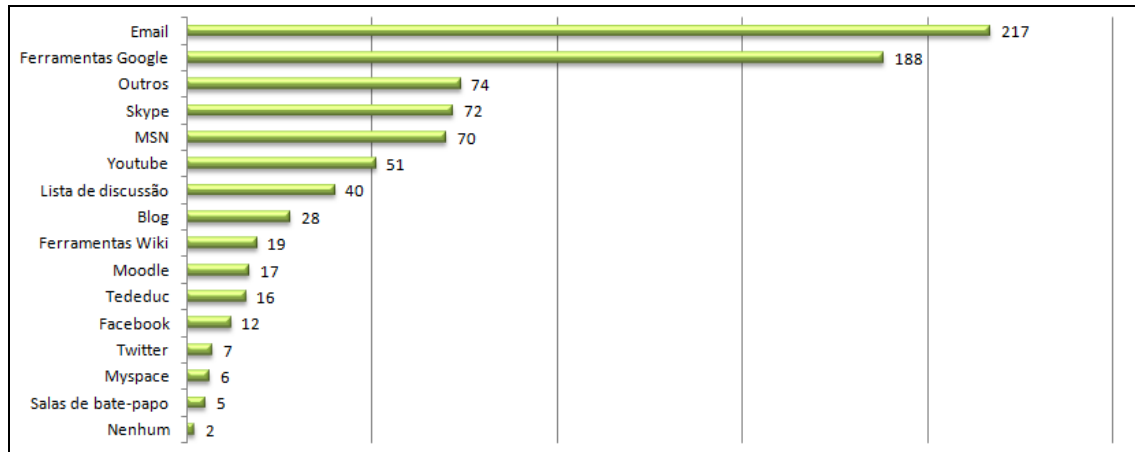


Gráfico 1. Aplicativos da internet utilizados pelo professor para fins pessoais

Das ferramentas disponíveis, o correio eletrônico (email) e as ferramentas *Google* se destacam no que se refere ao uso pessoal do professor (Gráfico 1). Entretanto, como é possível observar no Gráfico 2, o email continua se destacando na relação professor-aluno, porém há uma diminuição no uso das ferramentas *Google* na relação professor-aluno, sendo que dos 188 professores que utilizam estas ferramentas para fins pessoais, apenas 71 fazem uso dos recursos nessa relação entre professor e aluno.

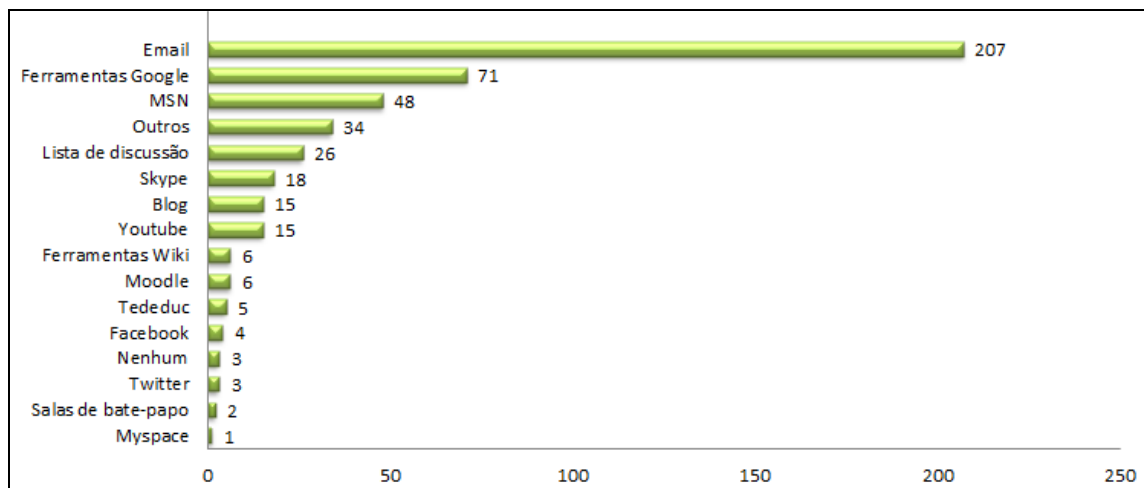


Gráfico 2. Aplicativos utilizados na relação professor-aluno

Essa diminuição do uso aconteceu também com outros aplicativos utilizados para fins diversos pelos professores quando questionados se os usavam na relação professor-aluno, como o MSN que teve uma diferença de quase 10% e o Skype que se difere em aproximadamente 23% se comparado ao uso para fins pessoais.

Outro aspecto importante a ressaltar é a grande resistência à implantação dos 20% a distância, que deveria visar a flexibilidade, sendo que seu uso acaba sendo em disciplinas comuns aos cursos, como metodologia científica ou mesmo recuperação,

assim como salienta Lobo Neto (2011, p. ). Isso pôde ser comprovado pela análise dos projetos político-pedagógico dos cursos que preveem atividades a distância, com uso de 20% da carga horária, são apenas as disciplinas como EDP (Estudo e Desenvolvimento de Projeto) e TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), por meio da plataforma Moodle. Nota-se, então, que disciplinas de conhecimento específico ainda não aderiram a essa possibilidade de flexibilidade de carga horária.

## 6. Considerações Finais

Do que pôde ser observado até o estágio atual da pesquisa é que o uso das TIC bem como as redes sociais virtuais no contexto educacional da instituição pesquisada está ainda moldado pelo tradicionalismo, alheio ao contexto do aluno, que em grande parte são nativos digitais, fazendo com que aluno e instituição se distanciem, ao menos aparentemente, da realidade.

A realidade que se vive propõe grandes desafios que pedem soluções quase que emergentes, tendo em vista a rápida mudança da sociedade e a necessidade de adaptação a ela. Fazem-se necessários avanços nas possibilidades que podem ser encontradas com o uso das TIC inseridas na educação, para que o contexto educacional se adapte ao seu tempo e à realidade de seus alunos.

## 7. Referências

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. (Orgs.) **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 06 abr. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 06 abr. 2012.

FARIAS, Giovani. O tripé regulador da EAD no Brasil. In: SILVA, Marco. **Educação Online**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2011.

KENSKY, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 5.ed. Campinas: Papirus, 2003.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos. In: SILVA, Marco. **Educação Online**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2011.

MATTAR, João. Web 2.0 e redes sociais na educação a distância: cases no Brasil. **La Educ@cion**. OAS, n. 145, maio 2011. Disponível em: <  
[http://www.educoea.org/portal/La\\_Educacion\\_Digital/laeducacion\\_145/index.html](http://www.educoea.org/portal/La_Educacion_Digital/laeducacion_145/index.html)>  
Acesso em 01 de agosto de 2012.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5.ed. Campinas: Papirus, 2007.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EAD no mundo. In: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. (Orgs.) **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PIMENTEL, Nara Maria. **Educação a distância**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006, p. 11-16.

PRATA-LINHARES, Martha Maria. A inovação e o uso das tecnologias de informação e comunicação na educação. In: SANTOS, Gilberto Lacerda; GALÁN, José Gómez (Orgs.). **Informática e telemática na educação**. Brasília: Liber Livro, 2012.

VALENTE, José Armando. O “estar junto virtual” como uma abordagem de Educação a Distância In: VALENTE, José Armando; BUSTAMANTE, Silvia Branco Vidal (Orgs.). **Educação a Distância: Prática e formação do profissional reflexivo**. São Paulo: Avercamp, 2009.